

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PROSEGUR HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

ENTRE

PROSEGUR HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.,
na qualidade de emissora

SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA.,
na qualidade de agente fiduciário

e

PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, e

PROSEGUR ACTIVA ALARMES S.A.,
na qualidade de garantidoras

11 de abril de 2012



Pelo presente instrumento, de um lado,

(A) PROSEGUR HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Ermanno Marchetti, n.º 1.435, 11º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.316.844/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão ("Debenturistas"),

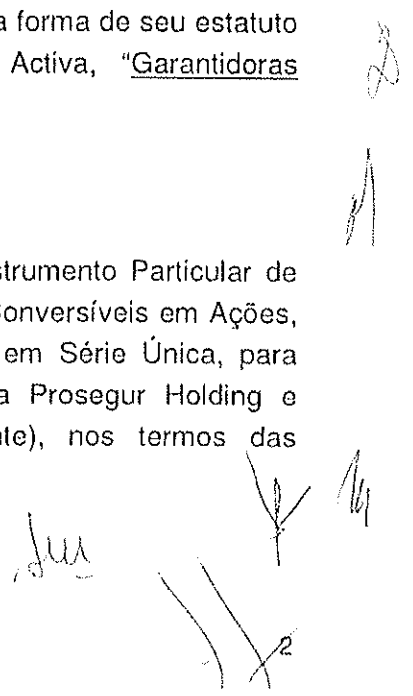
(B) SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA., sociedade limitada, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"),

e, ainda, na qualidade de garantidoras,

(C) PROSEGUR ACTIVA ALARMES S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Avenida Ermanno Marchetti, n.º 1.435, 5º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.760.155/0001-42, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Prosegur Activa"), e

(D) PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Avenida Guaratã, n.º 633, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.428.731/0001-35, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Prosegur Brasil" e, em conjunto com a Prosegur Activa, "Garantidoras Brasileiras");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Prosegur Holding e Participações S.A. ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), nos termos das seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de março de 2012 ("AGE"), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A Fiança (conforme abaixo definida) prestada pelas Garantidoras Brasileiras foi devidamente autorizada (i) em Assembleia Geral Extraordinária da Prosegur Activa realizada em 28 de março de 2012 ("AGE Prosegur Activa"); e (ii) em Assembleia Geral Extraordinária da Prosegur Brasil realizada em 02 de abril de 2012 ("AGE Prosegur Brasil").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, pela Emissora ("Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), em 04 de abril de 2012, sob o n.º 147.467/12-3 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Empresas & Negócios, em 10 de abril de 2012, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e após o cumprimento pela Emissora das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro da Fiança

2.5.1. Em função da Fiança prestada pelas Garantidoras Brasileiras, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades de (i) São Paulo, estado de São Paulo, e (ii) Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na forma prevista na Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro 1973, conforme alterada. Após o registro da Escritura e de seus eventuais aditamentos, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário os comprovantes de registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pela Emissora do respectivo comprovante de registro.

2.5.2. Caso a Emissora não realize o registro da presente Escritura e de seus eventuais aditamentos nos termos do item 2.5.1. acima, o Agente Fiduciário poderá, com base no artigo 62, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 4º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto social (a) a participação em outras sociedades, mediante a compra ou subscrição de ações ou quotas; e (b) a assessoria e consultoria às empresas em geral, inclusive àquelas das quais participa, de forma direta ou indireta, nas áreas comercial, operacional, administrativa e financeira.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com Bradesco BBI e o Itaú BBA, "Coordenadores"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de

Assinatura

Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Prosegur Holding e Participações S.A.", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Contrato de Colocação").

3.5.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores, em conjunto, poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

3.5.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador e instituição depositária das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

3.7. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Oferta Restrita serão destinados para a aquisição e o reperfilamento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste Segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., Digipro Processamento de Documentos e Valores Ltda., Nordeste Segurança Eletrônica Ltda. e Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda. ("Grupo Nordeste").

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será o dia 07 de março de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 07 de março de 2017 ("Data de Vencimento").

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), respeitado o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.1.6. **Amortização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela amortizada no dia 07 de março de 2013 e a última parcela amortizada na Data de Vencimento, conforme indicado na tabela a seguir (cada uma, uma "Data de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures"): 2

Parcela	Datas de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	07/03/2013	11,1200%
2	07/09/2013	5,5600%
3	07/03/2014	5,5600%
4	07/09/2014	5,5600%
5	07/03/2015	5,5600%
6	07/09/2015	16,6600%
7	07/03/2016	16,6600%
8	07/09/2016	16,6600%

Am 7

9	07/03/2017	15,5600%
		100,0000%

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 100 (cem) Debêntures.

4.2. Remuneração

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Liquidação"), correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("spread") de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula do item 4.2.4. abaixo ("Remuneração").

4.2.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Liquidação ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.2.4. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J: valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = [(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})]$$

FatorDI: produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k: número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k : Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k : Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread: Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{90}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread: 2,3000;

DP: É o número de dias úteis entre a Data de Liquidação ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

4.2.4.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.4.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.2.4.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4.4. O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Liquidação e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.2.6.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, AGD (conforme abaixo definida), nos termos da Cláusula IX abaixo, a ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da AGD, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, será utilizado o substituto da Taxa DI determinado legalmente para tanto. No caso de não haver um substituto legal da Taxa DI, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Liquidação ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.6.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.2.7. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da AGD de que trata o item 4.2.6.1 acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

4.2.8. As Garantidoras desde já concordam com o disposto no item 4.2.6 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), mantendo-se a Fiança e a Garantia Corporativa válidas e em pleno vigor. As Garantidoras desde já concordam e se obrigam

a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1. A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 07 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.3.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.4. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora na data de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (ii) para os Debenturistas que não estejam vinculados a esse sistema, por meio do Banco Mandatário.

4.5. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme previsão desta Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.6. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras de qualquer quantia devida aos Debenturistas, inclusive a Remuneração, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelas Garantidoras ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração acumulada nos termos do item 4.2 acima: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por

cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.6 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.8.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.9. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Publicidade

Exceto se de outra forma aqui especificamente disposta, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, quais sejam, o DOESP e o jornal Empresas & Negócios, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário sobre qualquer publicação na data de sua realização.

4.11. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.12. Imunidade de Debenturistas

4.12.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária.

4.12.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 4.12.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

4.12.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 4.12.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora e o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM. A aquisição facultativa por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário deverá constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As

Debêntures mencionadas no item 4.13.1 acima, caso sejam recclocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração e condições das demais Debêntures.

4.14. Das Garantias

4.14.1. Da Fiança

4.14.1.1 Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as Garantidoras Brasileiras prestam, nesta Escritura, fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Emissora, pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura e demais documentos da Emissão ("Fiança"), nos termos descritos a seguir.

4.14.1.2. As Garantidoras Brasileiras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadoras e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura e demais documentos da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a eventuais despesas judiciais relacionadas à Emissão, despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador e verbas indenizatórias, quando for o caso ("Obrigações Garantidas"), até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.14.1.3. As Obrigações Garantidas serão pagas pelas Garantidoras Brasileiras, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada às Garantidoras Brasileiras pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 2 (dois) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso das Garantidoras Brasileiras. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura e demais documentos da Emissão, respeitados eventuais períodos de cura, ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras Brasileiras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura para pagamentos pela Emissora.

4.14.1.4. As Garantidoras Brasileiras expressamente renunciaram aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigo 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento realizado pelas Garantidoras Brasileiras em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, aplicáveis no Brasil ou no exterior, de forma que os Debenturistas recebam os valores que teriam direito caso tais tributos não fossem incidentes.

4.14.1.5. As Garantidoras Brasileiras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança objeto deste item.

4.14.1.6. As Garantidoras Brasileiras desde já reconhecem como prazo determinado para exoneração da Fiança aqui prevista, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.14.1.7. A presente Fiança poderá se excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

4.14.1.8. As Garantidoras Brasileiras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.14.1.9. A Fiança entra em vigor na data de assinatura desta Escritura e deverá perdurar até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas.

4.14.1.10. A Fiança é prestada (i) independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber e (ii) sem prejuízo do direito dos Debenturistas de, a seu exclusivo critério, (a) renunciar a outras garantias fidejussórias ou reais porventura recebidas ou que venham a ser, no futuro, constituídas; facilitar sua substituição ou, ainda, realizá-las isoladamente ou juntamente com a presente, independentemente de qualquer ordem; e (b) conceder prazos de tolerância, prorrogações ou moratórias.

4.14.2. *Da Garantia Corporativa*

4.14.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14.1 acima, como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Prosegur Companhia de Seguridad S.A. ("Garantidora Espanhola") e, em conjunto com as Garantidoras Brasileiras, ("Garantidoras") prestou, por meio de uma *letter of guarantee* constituída de acordo com as leis da Espanha ("Letter of Guarantee"), garantia fidejussória em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora e com as Garantidoras Brasileiras, pelo pagamento das Obrigações Garantidas ("Garantia Corporativa") e, em conjunto com a Fiança, ("Garantias").

CLÁUSULA V AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E RESGATE ANTECIPADO TOTAL

5.1. Não obstante o disposto no item 4.1.6 acima, a Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário não amortizado e deverá ser precedida de notificação dirigida ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data da efetiva Amortização Extraordinária a ser implementada pela Emissora ("Data de Amortização Extraordinária" e "Comunicação de Amortização Extraordinária", respectivamente).

5.1.1. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.4 acima, na data indicada na Comunicação de Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures objeto da Amortização Extraordinária estejam custodiadas eletronicamente no SND, a Amortização Extraordinária seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

5.2. Observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura, a Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado"), mediante comunicação dirigida ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate"), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado").

5.2.1. O pagamento do Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.4 acima, na data indicada na Comunicação de Resgate, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures objeto do Resgate Antecipado estejam custodiadas eletronicamente no SND, o Resgate Antecipado seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

5.2.2. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos deste item 5.2. deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

5.3. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca da Amortização Extraordinária e do Resgate Antecipado, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da Data de Amortização Extraordinária ou da Data de Resgate Antecipado, conforme o caso.

5.4. A Data de Amortização Extraordinária e a Data de Resgate Antecipado deverão, obrigatoriamente, ser um dia útil.

5.5. A Comunicação de Amortização Extraordinária e a Comunicação de Resgate deverão conter as seguintes informações (i) a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso, (ii) o valor da Amortização Extraordinária ou o valor do Resgate Antecipado, conforme o caso, correspondente ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado, acrescido (a) da Remuneração projetada, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso; e (b) dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso; (iv) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido no item 5.6 abaixo; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado, conforme o caso.

5.6. Na hipótese de Amortização Extraordinária e/ou de Resgate Antecipado, a Emissora pagará um prêmio equivalente a um percentual calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto de Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Amortização Extraordinária ou Data de Resgate Antecipado, conforme o caso ("Prêmio"), correspondente a:

- (i) 1,00% (um por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 1º (primeiro) mês, inclusive, e o 12º (décimo segundo) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão;

- (ii) 0,90% (noventa centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, e o 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão;
- (iii) 0,70% (setenta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, e o 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão;
- (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 37º (trigésimo sétimo) mês, inclusive, e o 48º (quadragésimo oitavo) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão; ou
- (v) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 49º (quadragésimo nono) mês, inclusive, e o 60º (sexagésimo) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado os itens 6.2 e 6.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos, apurado na forma da lei e de acordo com o disposto nesta Escritura, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) apresentação (i) de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras ("Controladas"), independentemente do deferimento de seu processamento; (ii) de pedido de falência da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas; (iii) de pedido de autofalência pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas; (iv) de qualquer

procedimento similar, existente ou que venha a ser criado por lei por ou em face da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas; e/ou (v) liquidação e/ou extinção da Emissora e da Garantidora Espanhola;

- (b) decretação de falência da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas;
- (c) falta de cumprimento, pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura;
- (d) falta de cumprimento, pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- (e) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer das Controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para qualquer de tais empresas sediadas no Brasil;
- (f) inadimplemento (i) de dívidas da Emissora, das Garantidoras Brasileiras e/ou de qualquer das Controladas sediadas no Brasil com quaisquer terceiros, ainda que na condição de garantidores, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou (ii) de dívidas da Garantidora Espanhola e/ou de qualquer das Controladas sediadas no exterior com quaisquer terceiros, ainda que na condição de garantidores, em valor individual ou agregado superior a €10.000.000,00 (dez milhões de euros);
- (g) inadimplemento de dívidas da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas com os Debenturistas, por cujo pagamento a Emissora, as Garantidoras e/ou qualquer das Controladas, conforme aplicável, sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores;
- (h) vencimento antecipado de dívidas da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas com os Debenturistas e/ou com quaisquer terceiros, por cujo pagamento a Emissora, as Garantidoras e/ou qualquer das Controladas, conforme aplicável, sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores;
- (i) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, conforme estabelecido no item 3.7. desta Escritura;

- (j) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas, de forma que a Emissora, as Garantidoras e/ou qualquer das Controladas, conforme o caso, deixem de ter como atividade principal aquela realizada na data de assinatura desta Escritura;
- (k) alteração direta ou indireta do controle societário da Emissora, de suas controladoras diretas e/ou indiretas, incluindo, mas não se limitando, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas; ou (b) por alterações do controle acionário dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e das Garantidoras, desde que o controle acionário permaneça no mesmo grupo econômico da Emissora, de suas controladoras diretas e/ou indiretas, incluindo, mas não se limitando, das Garantidoras;
- (l) pagamento, pela Emissora e pelas Garantidoras, de participação nos lucros, bonificações, resgate de ações, dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de remuneração e/ou participação nos resultados, conforme aplicável, previstos no atual estatuto social da Emissora e das Garantidoras, quando a Emissora e as Garantidoras estiverem em mora perante os Debenturistas nos termos desta Escritura, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto em lei;
- (m) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, as Garantidoras e/ou qualquer das Controladas em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e/ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da data estipulada para o pagamento;
- (n) transferência a terceiros de direitos e obrigações da Emissora e das Garantidoras previstos nesta Escritura sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas;
- (o) realização pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas, que não deverá ser recusada injustificadamente, de qualquer negócio jurídico destinado à venda, transferência, alienação ou cessão, ainda que por meio de promessa, de ativos, bens e direitos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, as ações/quotas das empresas integrantes do Grupo Nordeste), de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas, em valor unitário ou

agregado (independentemente do número de operações realizadas) superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para qualquer de tais empresas sediadas no Brasil, ou (ii) €30.000.000,00 (trinta milhões de euros) para qualquer de tais empresas sediadas no exterior, excetuadas: (1) a venda de bens obsoletos com vistas à sua substituição que venha a ser realizada no curso normal dos negócios, (2) sempre que tais operações ocorrerem dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, de suas controladoras diretas e/ou indiretas, incluindo, mas não se limitando, da Garantidora Espanhola, das Garantidoras Brasileiras e/ou qualquer das Controladas, (3) operações de securitização que impliquem uma cessão definitiva de recebíveis ("true sale") com transferência efetiva do risco ou sem regresso, e, em ambos os casos, limitado a um valor máximo em agregado equivalente a 12,5% (doze e meio por cento) do faturamento anual do grupo econômico consolidado da Emissora, das Garantidoras e das Controladas, e (4) ofertas primárias ou secundárias de ações da Emissora, das Garantidoras Brasileiras e/ou de qualquer das Controladas realizadas no âmbito de ofertas públicas de ações liquidadas em ambiente de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, ficando ressalvado que, em qualquer hipótese, (x) para qualquer de tais empresas sediadas no Brasil será necessária notificação prévia aos Debenturistas; (y) tais ofertas não deverão contemplar qualquer mudança no controle acionário direto ou indireto da Emissora, das Garantidoras Brasileiras e/ou qualquer Controlada envolvida em referida oferta; e (z) os recursos oriundos de tais ofertas deverão ser reinvestidos ou de outra forma direcionados a projetos e/ou sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da respectiva ofertante, não podendo ser distribuídos, sob qualquer título, aos controladores da ofertante em referida operação;

- (p) constituição pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas, de qualquer ônus, gravames, garantias reais e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, as ações/quotas das empresas integrantes do Grupo Nordeste), de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas, em benefício de qualquer terceiro, em valor unitário ou agregado superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou (ii) €30.000.000,00 (trinta milhões de euros) para qualquer de tais empresas sediadas no exterior;

- (q) realização pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas, de operações de fusão; incorporação (inclusive incorporação de ações); transformação; dissolução; ou qualquer outra forma de reorganização societária não prevista acima, exceto se tais operações ocorrerem dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, de suas controladoras diretas e/ou indiretas, incluindo, mas não se limitando, da Garantidora Espanhola, ou das Garantidoras Brasileiras, e desde que o controle acionário permaneça no mesmo grupo econômico da Emissora, de suas controladoras diretas e/ou indiretas, incluindo, mas não se limitando, da Garantidora Espanhola, ou das Garantidoras Brasileiras;
- (r) realização pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas, de operações de cisão, redução de capital, constituição de usufruto e/ou arrendamento de estabelecimento, em valor unitário ou agregado superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para empresas sediadas no Brasil, e (ii) €30.000.000,00 (trinta milhões de euros) para empresas sediadas no exterior, exceto caso tais operações ocorram dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, de suas controladoras diretas e/ou indiretas, incluindo, mas não se limitando, da Garantidora Espanhola, ou das Garantidoras Brasileiras;
- (s) realização pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou por qualquer das Controladas, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas, de operações de constituição ou aquisição de outra(s) sociedade(s), exceto se (i) em valor unitário ou agregado de *enterprise value* inferior a €30.000.000,00 (trinta milhões de euros), ou (ii) em valor unitário ou agregado de *enterprise value* superior a €30.000.000,00 (trinta milhões de euros), desde que após a conclusão da referida constituição ou aquisição, a Emissora, as Garantidoras e/ou qualquer das Controladas, conforme aplicável, apresentem declaração nos termos do modelo constante no Anexo I à presente Escritura, por meio do qual declaram, em caráter irrevogável e irretratável, que estão em cumprimento com as suas obrigações financeiras. Para os fins deste item, *enterprise value* deverá significar o valor global da aquisição realizada nos termos dessa alínea (s), obtido mediante a soma do preço da aquisição e das dívidas assumidas em decorrência de referida aquisição;

- (t) caso a Fiança outorgada pelas Garantidoras Brasileiras na presente Escritura e/ou a Garantia Corporativa outorgada pela Garantidora Espanhola na Letter of Guarantee não tenham sido devidamente constituídas, sejam questionadas pela Emissora, pelas próprias Garantidoras ou por qualquer terceiro ou sejam declaradas inválidas ou ineficazes;
- (u) constatação, a qualquer momento, da inveracidade, erro e/ou incompletude de qualquer declaração feita pela Emissora e/ou pelas Garantidoras nesta Escritura e/ou na Letter of Guarantee, conforme o caso;
- (v) a Emissora e/ou as Garantidoras, renunciem ou rejeitem, no todo ou em parte, ou contestem a validade desta Escritura, da Letter of Guarantee e de seus respectivos termos e condições, conforme o caso;
- (w) se a Fiança não for devidamente efetivada ou formalizada pela Emissora e/ou pela Garantidoras, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas, e desde que não seja substituída ou complementada de forma satisfatória aos Debenturistas, quando solicitada pelos Debenturistas;
- (x) ocorrência de alteração substancial relevante nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, das Controladas, coligadas ou controladoras, incluindo, mas não se limitando, da Garantidora Espanhola, e que possa afetar substancialmente, de acordo com padrões de mercado, o seu nível de confiabilidade e classificação de risco de crédito, bem como a ocorrência de qualquer mudança adversa no mercado financeiro local ou internacional que altere a razoabilidade econômica da Emissão e torne inviável ou desaconselhável a qualquer das partes a referida Emissão;
- (y) contratação pela Emissora de quaisquer obrigações financeiras onerosas adicionais ou endividamento de qualquer forma, inclusive mediante emissão de títulos e valores mobiliários e oferecimento de garantias ou coobrigação em obrigações com terceiros, em qualquer caso, em valor, individual ou agregado, superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da Emissão, apurado durante cada exercício social da Emissora, exceto se prévia e expressamente autorizado por escrito pelos Debenturistas;
- (z) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações; e

(aa) caso a relação entre Dívida Líquida e EBITDA da Garantidora Espanhola seja superior a 3,0 (três inteiros) ou se a relação entre EBITDA e a Despesa Financeira Líquida da Garantidora Espanhola for inferior a 5,0 (cinco inteiros) durante o período de vigência da Emissão. O Agente Fiduciário fará anualmente a medição de referidos índices financeiros ("Índices Financeiros") com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola, sendo certo que a primeira medição ocorrerá com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola relativos ao exercício social encerrado em dezembro de 2011. A Garantidora Espanhola obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário referidos demonstrativos financeiros no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado, das demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola.

Para fins da presente alínea, considera-se:

(i) Dívida Líquida significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil / leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos e as dívidas consolidadas da Garantidora Espanhola referentes a aquisições a pagar perante pessoas físicas e/ou jurídicas. Desse valor apurado deduzem-se as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros - derivativos. Não serão computados como Dívida Líquida as fianças de natureza técnica, prestadas por terceiros, dentro de sua atividade ordinária, para garantir o cumprimento das obrigações assumidas com seus respectivos clientes nos termos dos contratos correspondentes em favor de terceiros nas quais a Emissora, as Garantidoras e/ou as Controladas sejam afiançadas ou o eventual pagamento de indenização por responsabilidade civil em que pudessem ter incorrido por ocasião da celebração de tais contratos. Para fins de evitar duplicidade, ficam excluídos da definição de Dívida Líquida os avais e fianças financeiros emitidos pela Emissora, pelas Garantidoras e/ou pelas Controladas nas hipóteses em que a obrigação garantida já tenha sido classificada como dívida para os fins da presente alínea.

(ii) EBITDA significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação

e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

(iii) Despesa Financeira Líquida significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, fornecedores, valores mobiliários, despesas financeiras que não afetem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas com hedge, despesas com arrendamento mercantil, despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a serem pagas ou capitalizadas no período de apuração, deduzidas as receitas financeiras.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (d), (f), (g), (h), (i), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q), (r), (s), (v), (w), (x), (y) e (z) do item 6.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 6.1 para solução de qualquer de tais eventos, se for o caso, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

6.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (c), (e), (j), (t), (u) e (aa) do item 6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX abaixo e o quorum específico estabelecido no item 6.3.1 abaixo. A AGD prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 9.1 abaixo.

6.3.1. A AGD de que trata o item 6.3 acima poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

6.3.2. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada no item 6.3 por falta de quórum em primeira e segunda convocação, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 6.1 acima.

6.4. Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 6.2 acima ou da data da realização da AGD nos termos do item 6.3 acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.5. O pagamento dos valores mencionados no item 6.4 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura será realizado em até 3 (três) dias úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

7.1. A Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando todas aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada

para a defesa dos interesses dos Devedoristas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

- (d) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura e de eventuais Aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 05 (cinco) dias contados a partir do seu arquivamento;
- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (f) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do conhecimento da Emissora, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora e/ou de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora ao Agente Fiduciário na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão;
- (g) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (h) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) submeter, nos termos da Instrução CVM 476, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (k) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;

- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358");
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, de natureza pecuniária ou não, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a solicitação em tal sentido feita pelo Agente Fiduciário ou imediatamente após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis, comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (p) cumprir, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que lhe sejam aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (q) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (s) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente

Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;

- (t) não realizar operações fora do seu objeto social ou do curso normal dos negócios, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (u) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, das Garantidoras e/ou de qualquer das Controladas que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras preparadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras não mais reflitam a sua real condição financeira;
- (v) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o término de cada trimestre, os balancetes não auditados da Emissora;
- (w) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) meses após o término de cada exercício social da Emissora, as demonstrações financeiras da Emissora, auditadas por empresa de auditoria de primeira linha, e no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola;
- (x) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento de solicitação por escrito do Agente Fiduciário neste sentido (ou assim que possível, nas hipóteses em que a obtenção de tais informações, documentos e certidões esteja sujeita a atos de terceiros), informações, documentos e certidões relacionadas a eventuais contingências e/ou passivos de caráter trabalhista, previdenciário, fiscal, cível e/ou ambiental da Emissora;
- (y) manter seus ativos permanente e fixo devidamente segurados, conforme práticas usuais de mercado;
- (z) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (aa) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência da Emissão, as

declarações e garantias apresentadas nesta Escritura;

- (bb) atender integralmente as obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (cc) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (dd) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (ee) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e atos constitutivos da Fiança à presente Emissão; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador;
- (ff) informar, imediatamente, o Agente Fiduciário, assim que tomar conhecimento a respeito de qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;
- (gg) manter sempre vigentes as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (hh) informar imediatamente os Debenturistas acerca da aquisição de participação(ões) societária(s) em outra(s) sociedade(s), em valor igual ou superior a €30.000.000,00 (trinta milhões de euros), declarando a não ocorrência de descumprimento de qualquer de suas obrigações financeiras na data da referida aquisição, inclusive aquelas previstas no item 6.1. (z) desta Escritura, em formato *pro forma*, sendo que a data de apuração das obrigações financeiras será a data da aquisição; e
- (ii) nos termos da alínea (s) do item 6.1. acima, apresentar declaração de que está em cumprimento com todas as suas obrigações financeiras, conforme modelo constante no Anexo I desta Escritura.

7.2. As Garantidoras Brasileiras assumem as seguintes obrigações:

- (a) informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (b) não realizar operações fora do seu objeto social ou do curso normal dos negócios, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (c) notificar imediatamente os Debenturistas sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios das Garantidoras Brasileiras que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pelas Garantidoras Brasileiras, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras preparadas pelas Garantidoras Brasileiras não mais reflitam a real condição financeira das Garantidoras Brasileiras;
- (d) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o término de cada trimestre, os Balancetes não auditados das Garantidoras Brasileiras;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) meses após o término de cada exercício social das Garantidoras Brasileiras, as Demonstrações Financeiras das Garantidoras Brasileiras auditadas por empresa de auditoria de primeira linha, a critério dos Debenturistas;
- (f) encaminhar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento de solicitação por escrito do Agente Fiduciário neste sentido (ou assim que possível, nas hipóteses em que a obtenção de tais informações, documentos e certidões esteja sujeita a atos de terceiros), informações, documentos e certidões relacionadas a eventuais contingências e/ou passivos de caráter trabalhista, previdenciário, fiscal, cível e/ou ambiental das Garantidoras Brasileiras, que venham a ser solicitados pelos Debenturistas;
- (g) manter seus ativos permanente e fixo devidamente segurados, conforme práticas usuais de mercado;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu instrumento constitutivo ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

- (i) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência desta Escritura, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura;
- (j) informar imediatamente os Debenturistas acerca da aquisição de participação(ões) societária(s) em outra(s) sociedade(s), em valor igual ou superior a €30.000.000,00 (trinta milhões de euros), declarando a não ocorrência de descumprimento de qualquer de suas obrigações financeiras na data da referida aquisição; e
- (k) nos termos da alínea (s) do item 6.1. acima, apresentar declaração de que está em cumprimento com todas as suas obrigações financeiras, conforme modelo constante no Anexo I desta Escritura.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, que por meio deste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) na Data de Emissão, não terá qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

- (d) na Data de Emissão, não terá qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) as pessoas que o representam nesta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (h) na Data de Emissão, não se encontrará em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a AGD será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo

agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.7 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quorum previsto no item 8.3.3 acima; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

8.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.10 acima, respeitadas

outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - l.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos item 6.1 acima;
 - l.8) declaração sobre suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - l.9) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

a) denominação da companhia ofertante;

- b) valor da emissão;
- c) quantidade de debêntures emitidas;
- d) espécie das debêntures emitidas;
- e) prazo de vencimento das debêntures emitidas;
- f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
- g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "(l)" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) na sede do Agente Fiduciário;
- m.3) na CVM;
- m.4) na CETIP; e
- m.5) na sede dos Coordenadores.

- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.10 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório mencionado no inciso "(m)" acima se encontra à sua disposição nos locais indicados acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e à CETIP;

- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, conforme o caso;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 03 (três) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;
- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 6.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (t) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (u) intimar a Emissora a reforçar as garantias previstas nesta Escritura, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (v) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado;
- (w) verificar o cumprimento pela Emissora, dos *covenants* financeiros da alínea (z) do item 6.1 acima, anualmente, após a publicação do balanço consolidado da Emissora;
- (x) divulgar as informações referidas na alínea (l.8) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (y) verificar, na forma prevista no inciso IX do Artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das Garantias, com base nos documentos fornecidos, bem como sua suficiência e exequibilidade, conforme parecer legal dos escritórios de advocacia contratados para a Emissão e para a Garantia Corporativa; e
- (z) na hipótese de atuar como agente fiduciário em outra emissão da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, assegurar tratamento eqüitativo a todos os debenturistas.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora e/ou das Garantidoras;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou das Garantidoras.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (d) do item 8.5.1 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, observado que, para a alínea (a) acima, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do item 6.3.1 desta Escritura, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 8.5.1 acima.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade receberá uma remuneração equivalente a parcelas trimestrais de R\$ 4.333,33 (quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela da remuneração do Agente Fiduciário.

8.6.1.1. A remuneração prevista no item 8.6.1 acima será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências relacionadas às Debêntures não sanadas pela Emissora.

8.6.1.2. Caso (a) seja necessária a excussão das garantias das debêntures, ou (b) a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou, ainda, (c) em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional por hora homem de trabalho dedicado (i) à assessoria aos titulares das debêntures, (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (iii) à implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e (iv) à execução das garantias ou das debêntures que será acertada entre os Debenturistas e o Agente Fiduciário à época da excussão, se houver, limitada a, no máximo, R\$ 200,00 (duzentos reais) por hora homem. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, durante o período em que a Emissora permanecer nessa situação.

8.6.2. As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IPCA ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*.

8.6.3. As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS; (ii) Programa de Integração Social – PIS; (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS; e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos

legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais propostas no interesse dos Debenturistas serão igualmente por estes suportadas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias.

8.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.1. Convocação

9.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.10 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, alterações nos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar a (i) Remuneração; (ii) a Data de Vencimento; (iii) quoruns de deliberação de AGD previstos neste item 9.4; (iv) Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas no item 6.1 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado, conforme item (iv) deste item 9.4.2, não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 6.3.1 acima.

9.4.3. Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 9.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

9.4.4. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao qual está sendo alterado.

9.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na AGD.

9.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS BRASILEIRAS

10.1. A Emissora declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e está

devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações, assim como a Emissão não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou ao qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a prestação da Fiança pelas Garantidoras Brasileiras, a emissão da Letter of Guarantee pela Garantidora Espanhola e a assunção e o cumprimento de suas obrigações principais e acessórias previstas em referidos documentos, não infringem ou contrariam (e, com relação àqueles celebrados posteriormente à prestação da Fiança e à emissão da Letter of Guarantee, não infringirão ou contrariarão), sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual as Garantidoras sejam parte ou ao qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Garantidoras; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que as Garantidoras ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete as Garantidoras ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir, de forma integral, com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à

emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (i) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental;
- (j) a Emissora declara que pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não os que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (l) a Emissora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (m) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais e fiscais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, e age e agirá diligentemente para obter e/ou renovar as autorizações e licenças necessárias para o curso normal de suas atividades;
- (n) a Emissora mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo

com a região geográfica e os negócios em que está engajada. A Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios;

- (o) a Emissora mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter a contabilidade dos ativos da Emissora;
- (p) a Emissora possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos;
- (q) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após a colocação das Debêntures pelos Coordenadores, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (r) a Demonstração Financeira da Emissora, datada de 31 de dezembro de 2010, representa corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e reflete corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (s) as Demonstrações Financeiras e Balancetes da Emissora a serem entregues ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula VII acima, representarão corretamente a posição financeira da Emissora nas respectivas datas e serão devidamente elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletirão corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (t) é a única, exclusiva e legítima proprietária, titular de pleno direito e possuidora dos bens, ativos e direitos contemplados nas suas Demonstrações Financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2010, os quais se encontram nesta data livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas, dúvidas, tributos

restrições, controvérsias, disputas, litígios, opções ou compromissos de venda, ou quaisquer outras restrições fundadas em atos, contratos, documentos, legislação e regulamentação aplicáveis e/ou ordens, decisões ou sentenças administrativas, judiciais ou arbitrais, que possam afetar tais bens, ativos e direitos, exceto conforme descrito em tais Demonstrações Financeiras;

- (u) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (v) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (w) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição desta Escritura na junta comercial e nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes e o registro das Debêntures na CETIP; e
- (y) atesta que, na data de emissão de assinatura desta Escritura, todas as informações por ela prestadas serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

10.2. As Garantidoras Brasileiras neste ato declaram e garantem que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzirem os seus negócios, com plenos poderes para deterem, possuírem e operarem seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento integral de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;

- (c) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) as obrigações das Garantidoras Brasileiras nos termos desta Escritura constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (f) todas as declarações e garantias relacionadas às Garantidoras Brasileiras que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;
- (g) os representantes legais que outorgaram a Fiança nesta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) a outorga da Fiança nesta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual as Garantidoras Brasileiras sejam partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Garantidoras Brasileiras, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que as Garantidoras Brasileiras ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete as Garantidoras Brasileiras ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (i) as Garantidoras Brasileiras têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais e fiscais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, e agem e agirão diligentemente para obter e/ou renovar as autorizações e licenças necessárias para o curso normal de suas atividades;
- (j) as Garantidoras Brasileiras estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) as Demonstrações Financeiras das Garantidoras Brasileiras, datadas de 31 de dezembro de 2010, representam corretamente a posição financeira das Garantidoras Brasileiras naquela data e foram devidamente elaboradas em

conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências das Garantidoras Brasileiras de forma consolidada;

- (l) as Demonstrações Financeiras e Balancetes das Garantidoras Brasileiras a serem entregues ao Agente Fiduciário nos termos Cláusula VII acima, representarão corretamente a posição financeira das Garantidoras Brasileiras nas respectivas datas e serão devidamente elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletirão corretamente os ativos, passivos e contingências das Garantidoras Brasileiras de forma consolidada;
- (m) são os únicos, exclusivos e legítimos proprietários, titulares de pleno direito e possuidores dos bens, ativos e direitos contemplados nas suas Demonstrações Financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2010, os quais se encontram nesta data livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas, dúvidas, tributos, restrições, controvérsias, disputas, litígios, opções ou compromissos de venda, ou quaisquer outras restrições fundadas em atos, contratos, documentos, legislação e regulamentação aplicáveis e/ou ordens, decisões ou sentenças administrativas, judiciais ou arbitrais, que possam afetar tais bens, ativos e direitos, exceto conforme descrito em tais Demonstrações Financeiras;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pelas Garantidoras Brasileiras, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição desta Escritura na junta comercial e nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes e o registro das Debêntures na CETIP; e
- (o) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XI ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

PROSEGUR HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Ermanno Marchetti, n.º 1.435, 11º andar

CEP 05038-001, São Paulo - SP

At.: Sr. Denílson Colodetti Pinheiro

Tel.: (11) 2101-3809

Fax: (11) 2101-3809

E-mail: denilson.pinheiro@prosegur.com

Para as Garantidoras Brasileiras:

PROSEGUR ACTIVA ALARMES S.A.

Avenida Ermanno Marchetti, n.º 1.435, 5º andar

CEP 05038-001, São Paulo - SP

At.: Sr. Denílson Colodetti Pinheiro

Tel.: (11) 2101-3809

Fax: (11) 2101-3809

E-mail: denilson.pinheiro@prosegur.com

e

PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

Avenida Ermanno Marchetti, n.º 1.435, 5º andar

CEP 05038-001, São Paulo - SP

At.: Sr. Denílson Colodetti Pinheiro

Tel.: (11) 2101-3809

Fax: (11) 2101-3809

E-mail: denilson.pinheiro@prosegur.com

Para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º andar

Itaim Bibi, São Paulo - SP

CEP: 04530-001

At.: Nelson Torres / Wanusa Trannin

Tel.: (11) 3048-9943

Fax: (11) 3048-9888

sum

E-mail: nelson.torres@slw.com.br

Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela, São Paulo - SP

CEP: 04309-010

At.: Ana Paula Gralhóz Stringueta

Tel.: (11) 5029-1528

Fax: (11) 5029-1535

E-mail: ana.stringueta@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriurador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela, São Paulo - SP

CEP: 04309-010

At.: Ana Paula Gralhóz Stringueta

Tel.: (11) 5029-1528

Fax: (11) 5029-1535

E-mail: ana.stringueta@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

52

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, de forma que nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Veracidade da Documentação

O Agente Fiduciário não se obriga a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.5. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

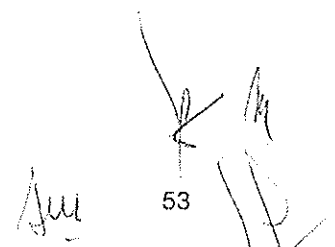
12.6. Foro

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

12.7. Independência das Disposições

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.8. Execução Específica

 53

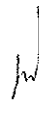
Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.9. Irrevogabilidade e Irretratabilidade

Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de abril de 2012.



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Prosegur Holding e Participações S.A.

PROSEGUR HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

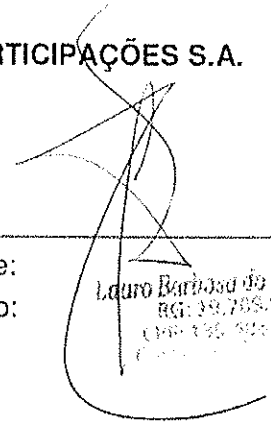
Nome:

Cargo:


Alberto Minazzoli
Diretor Geral

Nome:

Cargo:


Lauro Barbosa do Nascimento
RG: 39.765.043-9
CPF: 130.990.103-84
CNPJ: 07.000.000/0000-00

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Prosegur Holding e Participações S.A.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Nome:

Cargo:

Felipe Coimbra Aloi André
Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.

Nome:

Cargo:

Marco Marchi
Sup. Administrativa

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Prosegur Holding e Participações S.A.

PROSEGUR ACTIVA ALARMES S.A.

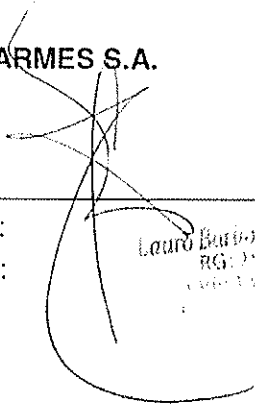
Nome:

Cargo:


Alberto Minazzoli
Diretor Geral

Nome:

Cargo:


Lauro Barboza do Nascimento
RG: 10.112.743-9
CPF: 03.111.204-24
Assessor

Página de assinaturas do Instrumento Particular do Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Prosegur Holding e Participações S.A.

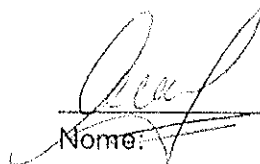
PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

Nome: _____
Cargo: _____
Denilson Colodetti Pinheiro
Diretor de Administração e Finanças

Nome: _____
Cargo: _____
Lauro Barbosa do Nascimento
Diretor de Administração e Finanças

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Prosegur Holding e Participações S.A.

Testemunhas:


Nome:

R.G.:

CPF/MF:

Andréa Cipriano Morata
RG: 21.359.546-1
CPF: 195.466.648-84
Coordenador Corp. Financeiro


Nome:

R.G.:

CPF/MF:

Marcos Leão de Oliveira
RG: 7.107.884
CPF: 143.412.848-62
Coordenador Corp. Financeiro



Anexo I – Declaração

[PAPEL TIMBRADO]

Local e Data

À

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º andar

CEP: 0453-001

São Paulo – SP

Ref.: 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Prosegur Holding e Participações S.A.

Prezados Senhores,

[Emissora / Garantidoras], [qualificação], neste ato devidamente representada na forma de seu estatuto social, nos termos da alínea (s) do item 6.1. do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Prosegur Holding e Participações S.A.", celebrado em 11 de abril de 2012, conforme aditado, vem, por meio da presente, em decorrência da realização de operação de [constituição / aquisição] de sociedade em valor unitário ou agregado de *enterprise value* superior a €30.000.000,00 (trinta milhões de euros), declarar, em caráter irrevogável e irretratável, que está em cumprimento com todas as suas obrigações financeiras.

Para os fins desta declaração, considera-se *enterprise value* o valor global da [aquisição / constituição] realizada, obtido mediante a soma do preço da aquisição e das dívidas assumidas em decorrência de referida [aquisição / constituição].

Atenciosamente,

[Emissora / Garantidoras]

Nome: [•]

Título: [•]

Denilson Colodetti Pinheiro
Diretor de Administração e Finanças

Lauro Barbosa do Nascimento
RG: 19.769.943-9
CPF: 135.486.088-84
Gerente Financeiro